



umanitas

72

**A PROPÓSITO DE CEUTA: ALGUMAS QUESTÕES DE GEOGRAFIA E
EPIGRAFIA ANTIGAS**

**CONCERNING CEUTA: SOME QUESTIONS ON ANCIENT GEOGRAPHY
AND EPIGRAPHY**

VASCO MANTAS

vsmantas@gmail.com

Universidade de Coimbra

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra

<https://orcid.org/0000-0002-6109-4958>

Artigo submetido a 13-04-2017 e aprovado a 20-11-2017

Resumo

A investigação sobre o passado do Estreito de Gibraltar e da cidade de Ceuta progrediu notavelmente nas últimas duas décadas, justificando que se retome a análise de algumas questões ainda não resolvidas, ou de solução precária, relacionadas com a Antiguidade. Neste artigo propomos uma releitura da *Ora Maritima* de Avieno, na parte referente à localização do Monte Zéfiro, e uma nova interpretação do significado de um fragmento de inscrição achado em Ceuta no final do século passado. Em ambos os casos foram tidos em conta factores suficientes para sustentar as hipóteses que sugerimos, pretendendo assim estimular o debate sobre o passado de Ceuta, pouco cuidado em Portugal.

Palavras-chave: Ceuta; *Ora Maritima*; Epigrafia; Estreito de Gibraltar; Lusitânia

Abstract

Research into the past of the Strait of Gibraltar and the city of Ceuta progressed remarkably in the last two decades, which justifies resuming the analysis of several completely or partly unanswered questions related to Antiquity. In this paper we

suggest a new perspective on *Ora Maritima* by Avienus, in the part addressing the location of Mount Zephyris, and a new interpretation of the meaning of a fragment of inscription found in Ceuta. In both cases sufficient elements were taken into account to substantiate the hypotheses we put forth, aiming at stimulating the debate on the past of Ceuta, a subject often neglected in Portugal.

Keywords: Ceuta; *Ora Maritima*; Epigraphy, Strait of Gibraltar; Lusitania

A cidade africana de Ceuta pertence ao grupo privilegiado daquelas que, por alguma razão, ganharam relevo na história, mantendo essa situação até hoje apesar das vicissitudes que naturalmente marcam a existência das criações humanas¹. Votada pela natureza a servir de portal entre a África e a Europa, pela sua posição sobre o Estreito de Gibraltar, que lhe conferia também a função fortemente simbólica de ligação entre o Mediterrâneo das velhas civilizações e o Atlântico dos grandes espaços desconhecidos², cenário ideal do mito, Ceuta permanece terra de imaginários diversos e, por vezes, contraditórios.

Cidade autónoma desde 1995, Ceuta continua a despertar o interesse dos portugueses, sobretudo por razões de memória histórica, uma vez que a tomada da cidade em 1415, cujo sexto centenário foi discretamente comemorado, permanece como marco simbólico do início da expansão ultramarina portuguesa³, ou melhor, europeia. Antes de recuar no tempo permitimo-nos sublinhar o que esta cidade, dividida entre dois mundos e para além dos mitos primários da globalização, representa de paradoxal na história nacional, pois Ceuta é, no que foi o império luso, o único ponto onde sobrevive como símbolo oficial o brasão português, apesar da cidade, ao contrário de Tânger⁴, ter mantido a lealdade à monarquia filipina em 1640, permanecendo, de alguma forma, como símbolo latente do ideal dualista.

Deixemos, porém, os tempos mais ou menos modernos e passemos à Antiguidade e aos pequenos problemas que vamos tentar reanalisar, pois não se trata aqui de verdadeiras novidades, antes de uma tentativa de encontrar novas explicações para o que ainda não parece seguro. Durante muito tempo a história antiga de Ceuta foi muito mal conhecida, circunstância que as numerosas escavações efectuadas na cidade durante os últimos anos

¹ Villada 2009.

² Mantas 2015: 11-35.

³ Monteiro e Costa 2016.

⁴ Castilla 1991: 125-136.

alteraram definitivamente, sobretudo quanto à origem e desenvolvimento da povoação, que pode agora ser acompanhado desde tempos da presença fenícia⁵. Apesar de tudo, persistem muitas dúvidas, mesmo para o período inicial do domínio romano, quando a relevante posição geográfica de Ceuta se vai afirmando, agora no quadro de um mundo muito maior e unificado terminado o episódio mauritano⁶, integração que teve significativo impacte na área do Golfo de Cádiz.

As fontes antigas, embora relativamente numerosas, não são muito explícitas quanto à toponímia de Ceuta durante grande parte do período imperial, pois se ocupam sobretudo de descrições regionais, nem sempre fáceis de identificar no terreno. Parece confirmada a derivação do topónimo a partir do numeral *Septem*, elemento do topónimo latino *Septem Fratres* (Sete Irmãos), que traduz o grego *Hepta Adelphoi*, segura referência às elevações existentes nas cercanias de Ceuta⁷, circunstância muito vulgar na toponímia antiga. Como também é normal, o segundo elemento do topónimo caiu, restando *Septem*, que surge nas fontes bizantinas do século VI como *Septum* ou *Septon*⁸, enquanto um pouco depois o *Anónimo de Ravena*, recorrendo a documentação em grande parte atribuível ao Baixo-Império, designa o Estreito de Gibraltar como *Fretum Septem*⁹, sugerindo o desenvolvimento de Ceuta e conseqüente declínio da designação clássica do Estreito, concorrendo com outra designação usual, *Fretum Gaditanum*.

As referências geográficas não permitem com segurança a sua identificação com o núcleo populacional existente em Ceuta, referências que se encontram sobretudo em autores como Estrabão, Pompónio Mela, Plínio-o-Velho e Ptolomeu, aos quais devemos acrescentar o *Itinerário de Antonino*. A partir das indicações transmitidas por estas fontes, localizar com precisão quer *Septem Fratres*, quer *Abyla*, tanto mais que, em relação a este orónimo os códices de Ptolomeu nos brindam com seis variantes, não é tarefa fácil. Seja como for, trata-se sempre de descrever acidentes geográficos e não uma povoação, a situar em Ceuta, entre *Septem Fratres* e *Abyla*, pontos que poderemos identificar com *Jebel Musa*, a ocidente, e com o Monte Hacho, no extremo oriental da península de Ceuta (Fig. 1).

⁵ Villada, Ramón e Suárez 2007: 125-134.

⁶ Bernal 2013: 15-16.

⁷ Isidoro *Etym.* 15.1.73; Closa 1988: 39-46; Lipiński 2004: 422-425.

⁸ Procópio *De Aed.* 6.7.14; *De Bell.*, 5.6.

⁹ Anónimo de Ravena 305.43.



Fig.1 – Vista do Estreito de Gibraltar a partir da Europa: 1. Monte Hacho; 2. Ceuta; 3. Monte Musa (foto Vasco Mantas)

Estrabão alude à presença de elefantes e de denso arvoredo junto ao troço mais curto do Estreito¹⁰, o que parece apontar para o Monte Musa, elefantes também referidos por Plínio-o-Velho: [...] *ipsa provincia ab oriente montuosa fert elephantos, in Abila quoque monte et quos Septem Fratres a simili altitudine appellant. Freto imminente iuncti Abilae*¹¹. Um pouco antes, no principado de Cláudio, o hispânico Pompónio Mela descreve o Estreito, tradicionalmente limitado pelas Colunas de Hércules da mitologia, *Calpe* e *Abyla*, atribuindo a mesma interpretação numérica e orográfica ao vocábulo: *Ex his tamen quae commemorare non piget montes sunt alti qui continenter et quasi de industria in ordinem exposit ob numerum Septem, ob similitudinem Fratres nuncupantur*¹².

Pompónio Mela, que conhecia bem a região por ter nascido na actual Algeciras (*Iulia Traducta*), não hesitou em sublinhar a modéstia das povoações da margem sul do Estreito, com excepção de *Tingis* (Tânger),

¹⁰ Estrabão 17.3.6.

¹¹ Plínio-o-Velho *N.H.* 5.18.

¹² Mela 1.23-24.

classificando-as globalmente como *parvis oppidis* e *parvae urbes*, o que nos parece significativo. É lamentável que se tenham perdido os escritos, por vezes utilizados por Plínio-o-Velho, do lusitano Cornélio Boco, os quais certamente conteriam informação sobre a região africana do Estreito de Gibraltar. Quanto aos elefantes, a sua presença nada tem de extraordinário, pois fizeram parte normal da fauna norte-africana ainda no período romano, embora já em acentuada decadência¹³.

Os dados do *Itinerário de Antonino* são obscuros quanto à localização das duas estações indicadas para o troço entre *Tingis* e *Rusadir* (Melilha), *Ad Septem Fratres* e *Ad Abilem*. Desde logo se levanta o problema, pouco usual neste roteiro viário, de indicar em milhas e não em estádios um percurso que se enuncia como marítimo até *Portus Divinus* (Mers-el-Kébir). O *Itinerário* situa *Ad Septem Fratres* a 60 milhas, ou seja, a 90 quilómetros de Tânger, e *Ad Abilem* a 14 milhas de *Septem Fratres*, correspondentes a 21 quilómetros, ambos exagerados. Sublinhamos que as coordenadas de Ptolomeu colocam *Tingis* a 93 quilómetros de *Septem Fratres*¹⁴, muito próximo do valor indicado pelo *Itinerário de Antonino*¹⁵. Notamos, porém, que se subtrairmos às 60 milhas as 14 que o roteiro concede ao percurso entre as duas estações, obtemos um valor praticamente igual ao da distância entre Tânger e Ceuta, que é de 70 quilómetros, ou seja, praticamente as 46 milhas resultantes da subtracção. Parece haver, portanto, um erro a exigir investigação suplementar.

Assim, é provável que a indicação contida no *Itinerário* contemple a possibilidade de se efectuar o percurso entre *Tingis* e *Portus Divinus* também por mar (*a Tingi litoribus navigatur usque ad Portus divinos*), descrevendo depois uma via terrestre de traçado difícil de precisar, tanto mais que as estações de *Ad Septem Fratres* e *Ad Abilem*, indicadas pela ordem geográfica correcta a partir de *Tingis*, não se situavam exactamente nos locais que serviam, não muito distantes, como mostra o uso do acusativo¹⁶. Embora o processo não seja claro, é possível considerar que o topónimo *Abyla*, presente nas fontes gregas, caiu em desuso e foi substituído pela versão latina inspirada pelo nome dos montes que ficam próximo de Ceuta, *Septem Fratres*.

¹³ Gautier 1952: 39, 170-187.

¹⁴ Ptolomeu 4.1.

¹⁵ *Itinerário de Antonino* 9.1-4.

¹⁶ Roldán 1975: 31-33.

É a mitologia e a literatura clássica, greco-romana, que estabelece o *corpus* de tradições relacionadas com o Estreito e as suas áreas vizinhas, incluindo Ceuta, fazendo participar como figura central Hércules¹⁷, para além de outros não menos famosos, como Ulisses, que as imaginativas pesquisas de Victor Bérard sugerem ter vivido com a ninfa Calipso nos arredores de Ceuta¹⁸. As narrativas greco-romanas, largamente repetidas, modificadas e ampliadas na Idade Média com elementos hebraico-islâmicos¹⁹, atribuíam a Hércules a abertura do Estreito e a colocação de dois pilares, um em cada margem, as célebres Colunas de Hércules. Há consenso em considerar, na margem europeia, o Rochedo de Gibraltar como representando o mítico *Mons Calpe*, o que não acontece quanto à identificação do pilar africano, o *Mons Abyla*, que alguns situam no Monte Hacho, em Ceuta, enquanto outros o identificam com o *Jebel Musa*, na Serra Anyera, cuja denominação árabe tanto pode referir-se a Moisés como a Musa Ibn Nusair, governador omíada de Ceuta e comandante de Tarik Ibn Ziyad, cujo nome sobrevive em Gibraltar, outrora *Jebel Tarik*.

Passemos às questões que desejamos desenvolver neste artigo, partindo de fontes antigas de diferente tipologia, uma literária, outra epigráfica. No primeiro caso retomamos a *Ora Maritima*, texto que, apesar de múltiplas traduções e comentários²⁰, contém ainda muitas passagens de ambígua interpretação, no segundo caso procuramos uma diferente leitura para um fragmento de inscrição monumental achada em Ceuta alguns anos atrás²¹. Quanto à *Ora Maritima*, obra que recolhe informações de cronologia e origem diversa, parte das quais de autoria fenício-púnica, interessa-nos em particular a descrição das regiões litorais da zona do Estreito de Gibraltar e o problema da localização do Monte Zéfiro. No caso da reconstituição da leitura do fragmento epigráfico de época romana, tomaremos em conta o que se sabe da evolução administrativa das cidades da região, em particular da cidade de Ceuta, e das relações socioeconómicas com as províncias vizinhas.

Como a *Ora Maritima* é um texto composto, com interpolações diversas e referências geográficas que parecem, em certos casos, nitidamente desfadas, levando a supor que nem toda a narrativa, apoiada num ou mais portulanos, segue do Atlântico para o Mediterrâneo, permitimo-nos tentar uma

¹⁷ Carrière 1994: 67-88.

¹⁸ Bérard 1929: 243-250.

¹⁹ Baeza 1988: 11-16.

²⁰ Ferreira 1992: 11-13; Mangas e Plácido 1994: 29-30.

²¹ Pérez, Hoyo e Bernal 1999: 839-849.

nova proposta de localização do Monte Zéfiro, normalmente situado entre o actual Algarve e o Estreito de Gibraltar. Que as identificações geográficas presentes na obra de Avieno são com frequência vagas ou pouco correctas deduz-se facilmente das polémicas e controvérsias suscitadas entre a legião de comentadores que se têm ocupado dela, as quais procuraremos deixar agora de lado. Notemos que Avieno conhecia bem a região do Estreito, por ter desempenhado funções administrativas na Bética, o que contribuiu para um ou outro apontamento pessoal, como a sua conhecida descrição do estado decadente da cidade de *Gades*²², mantendo noutras situações o respeito pela fonte ou fontes utilizadas. Como seria possível, de outra forma, afirmar que a partir do Cabo de Vénus, agora da Gata, se pode avistar o Cabo Herma líbico²³, identificado com o Cabo das Três Forcas, perto de Melilha, mesmo que Herma se relacione anteriormente com o Estreito de Gibraltar?

Ceuta nunca é citada expressamente na *Ora Maritima*, a não ser pelo orónimo *Abyla*, como vimos, ainda que a povoação existisse, não tendo merecido a Avieno nenhuma interpolação, apesar da redução do domínio territorial romano na Tingitana ter valorizado a cidade, ao longo do século IV, estratégica e economicamente²⁴. Todavia, verifica-se que a ocidente do Estreito a obra não indica praticamente nenhuma cidade, com excepção da obscura *Herbo* e de *Gades*, identificada com Tartesso, enumerando povos e acidentes geográficos, o que sugere recurso a uma fonte mais antiga. Esta circunstância dificulta naturalmente a interpretação do périplo, por falta de locais bem identificados. Simultaneamente, deparamos com o que podemos considerar uma modernização da toponímia e da teonímia, sobretudo de esta²⁵, o que em parte reflecte um fenómeno de *interpretatio* de divindades não clássicas.

O autor desenvolve a descrição da área do Estreito de Gibraltar, aqui com largo recurso a fontes gregas, não sem incorrer em erros e confusões, pouco ou nada adiantando sobre Ceuta, que por essa época seria talvez uma ilha. É claro que esta hipótese, sugerida já há muitos anos²⁶, só poderá ser confirmada através de sondagens geológicas e arqueológicas, as últimas das quais vêm definindo uma área urbana limitada na Antiguidade ao espaço entre o *Fosso de San Felipe*, a ocidente, e a *Avenida Alcalde José Goñalons*, a oriente, onde a planta e o relato escrito do cosmógrafo Pedro

²² Avieno *Or. Mar.* 270-283.

²³ Avieno *Or. Mar.* 444-445.

²⁴ Villaverde 2001: 60-63, 71-73, 265-286.

²⁵ López 2015: 193.

²⁶ Pemán 1941: 83-85.

Teixeira Albernaz localiza claramente (Fig. 2), no século XVII, um fosso aquático²⁷. Parte importante deste espaço era ocupado, na época romana, por zonas fabris, com destaque para grandes estabelecimentos de produção de preparados piscícolas, como o da *Calle Queipo de Llano*²⁸. Seja como for, a implantação do núcleo urbano, insular ou não, corresponde bem a uma tipologia fenício-púnica.

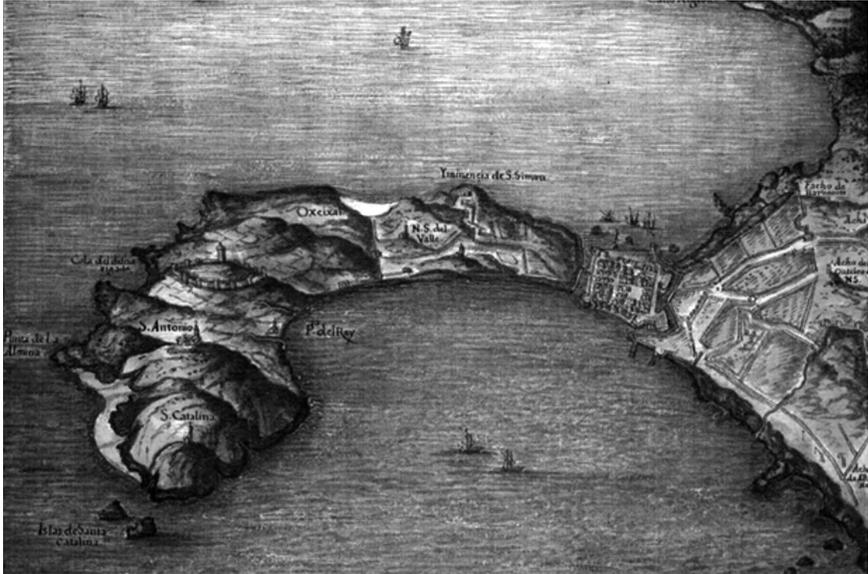


Fig. 2 – Pormenor da vista de Ceuta no Atlas de Pedro Teixeira, *Österreichische Nationalbibliothek*, Viena (apud Pereda e Mariás, 2002)

As interpolações de Avieno na maior parte dos casos não facilitam a interpretação da *Ora Maritima*, nomeadamente quando trata do Estreito de Gibraltar, o que não deixa de ser estranho considerando o presumido conhecimento da região por parte do autor, que talvez tivesse desejado manter o tom arcaizante do poema. Parece-nos interessante transcrever o passo, interpolado, em que primeiro se refere Cádiz e o Estreito: *Aí fica a cidade de Gadir, chamada antes Tartesso, aí ficam as colunas do pertinaz Hércules, Ábila e Calpe, esta à esquerda da dita região e Ábila próxima*

²⁷ Pereda e Mariás 2002: 295, 357, fig. 60.

²⁸ Pérez e Bernal 1997: 249-263; Bernal, 2013: 19-20.

da Líbia²⁹. Ainda que muito simples, estas linhas reflectem uma situação curiosa, pois encontramos a cidade designada pelo seu nome fenício associada ao mito grego. Talvez mais interessante seja a indicação de que Ábila fica *próxima* da Líbia, o que permite supor-lhe então uma condição insular, no que é hoje a península de Almina, podendo identificar-se facilmente com o Monte Hacho.

Não recuaremos a paragens atlânticas para lá do Cabo Cinético (Cabo de S. Vicente), que a obra indica claramente ser o limite da Europa³⁰, tal como se considerava na Antiguidade, pois o que nos interessa apreciar situa-se entre aquele cabo e o Estreito, um e outro distanciados por uma viagem marítima de dois ou três dias. Não faltam problemas na interpretação deste troço do litoral, e não seria de esperar outra coisa, problemas que têm levado a numerosas propostas de identificação deste ou daquele ponto. Cremos que os únicos acidentes geográficos bem definidos no actual litoral algarvio são os dois promontórios de S. Vicente e de Sagres e, a oriente, a foz do Guadiana. Parece consensual admitir que alguns dos versos se encontram deslocados e que, em certos passos, o sentido da viagem se altera³¹, o que não é estranho num texto heterogéneo como a *Ora Maritima*.

Sem querermos arriscar demasiado uma incursão pelo campo das hipóteses, tanto mais que a linguística exige uma formação que não possuímos, notamos que os rios *Besilo* e *Cilbo*, que de acordo com a enumeração dos versos se situam a nascente do rio Guadiana, mostram nomes que se poderão relacionar com *Baesuris* (Castro Marim) e *Cilpes* (Silves), o que sugere a sua identificação com o Guadiana, de que *Besilo* seria o nome anterior a *Ana*, e com o Arade, o rio de *Cilpes*, os dois únicos rios relevantes no litoral algarvio³². Apesar da sua identificação usual com o cabo Trafalgar, parece lógica, considerando uma viagem para ocidente, a referência seguinte: *Depois para ocidente o cabo Sacro ergue os soberbos rochedos*³³. Logo após encontramos uma extensa interpolação de Avieno e a pouco precisa descrição do Estreito (Fig. 3). É neste quadro de incertezas que passamos a analisar o trecho que se refere ao Monte Zéfiro.

²⁹ Avieno *Or. Mar.* 85-88.

³⁰ Avieno *Or. Mar.* 202-205.

³¹ González 1992: 125-133.

³² Blot 2003: 276-285, 298-304.

³³ Avieno *Or. Mar.* 321-322.



Fig. 3 – Foto aérea do Estreito de Gibraltar mostrando formações nubladas cobrindo Ceuta e o Monte Musa (foto Andy Wright, Wikimedia)

Eis o texto em questão: *Deste ponto até ao referido rio (Guadiana) dista a viagem de um sol. Situa-se aqui o limite do povo dos Cinetes. Contíguo fica o território dos Tartéssios, cuja terra é banhada pelo rio Tartesso. Em seguida estende-se o cabo consagrado a Zéfiris, cujas altas cristas sobressaem no cimo da montanha. Grande intumescência rasga os ares, envolvida sempre por uma espécie de névoa que lhe oculta o cume em nuvens. Toda a região que vem depois tem um solo rico em vegetação. Os habitantes contemplan um céu continuamente enevoado, o ar é opaco e o dia pouco transparente; como se fora de noite é frequente o orvalho. Não é usual soprar qualquer brisa, nem varrer superiormente a atmosfera uma aragem de vento; contínua, a névoa encobre a terra e o solo apresenta forte humidade. Todo o que, de barco, ultrapassa a elevação de Zéfiris e penetra nas águas do nosso mar, de imediato é impelido pelo sopro do favónio*³⁴.

Não faltam comentadores da *Ora Maritima* com propostas de localização destes dois acidentes geográficos na costa algarvia ou no sector

³⁴ Avieno *Or.Mar.* 221-241.

litoral entre o Guadiana e o Estreito, nem todas concordantes quanto à identificação, sobretudo no que toca ao Monte Zéfiro. Ousamos trazer aqui uma proposta diferente, não por espírito de contradição, mas porque, considerando a estrutura da *Ora Maritima* e o que se conhece de Ceuta na Antiguidade, nos parece viável. O território algarvio conta com duas localizações, mais ou menos aceites pelos comentadores da obra de Avieno, a Serra de Monchique, no Barlavento, e o Monte Figo, no Sotavento. A primeira destas identificações, defendida por Prescott Vicente³⁵, parece-nos mais viável, atendendo à visibilidade da Foia para quem navega ao largo da costa algarvia, mas este argumento, sobretudo quando se trata de navegação costeira, não é dos mais significativos, pois, por exemplo, o Alto de Santo António, em Faro, pode avistar-se a 15 milhas.

Outros investigadores, como Schulten e Murphy, favoreceram a identificação de Zéfiris com o Monte Figo (Moncarapacho), também aceite como hipótese por Alvar³⁶. Todavia, passe a importância que o Cerro de S. Miguel possa ter na navegação regional, cremos que este só seria relevante, como baliza destacada na *Ora Maritima*, se na área existisse algo que o justificasse. Talvez o sítio fenício de Tavira pudesse ser invocado como razão³⁷, caso não se considerem outros ignorados no périplo. Todavia, o Monte Figo apenas facultaria uma informação grosseira quanto à localização deste estabelecimento, sobretudo tratando-se de navegação de baixa cabotagem. Cremos, na verdade, que o Monte Zéfiro ficaria noutra litoral, mais a oriente, como sugerem Berthelot e Pemán, que o localizam na zona do Cabo Trafalgar³⁸, admitindo que os versos 225-240 do poema devem colocar-se após o verso 322, muito perto da zona do Estreito. É nesta mesma região que supomos o seu posicionamento, tanto mais que, recordamos, as descrições do Estreito são equívocas e não temos certezas incontestáveis quanto à forma como se colaram as diferentes fontes utilizadas.

Assim, propomos, como hipótese de trabalho a aprofundar, que o Monte Zéfiris se situe na margem africana do Estreito, correspondendo o Cabo Zéfiro, que o antecede, ao Cabo Trafalgar ou ao Cabo Espartel, este também no litoral africano. A passagem da margem europeia para a africana pode dever-se quer a uma alteração na ordem da narrativa, quer a uma questão

³⁵ Vicente 1967: 73-74.

³⁶ Schulten 1959:108, 339; Murphy 1977: 56; Alvar 1996: 258.

³⁷ Maia 2003: 57-72.

³⁸ Berthelot 1934: 76; Pemán 1942: 40-41.

náutica, que leve a navegação a procurar o abrigo oferecido pelas elevações do litoral entre Tânger e Ceuta contra os ventos dominantes na região³⁹, pouco favoráveis à travessia do Estreito durante parte significativa do período de quatro meses que a *Ora Maritima* atribui à navegação atlântica⁴⁰, quando na região sopram ventos de leste e de sueste, como o *Levante*, com particular incidência em Ceuta, onde a presença de um estabelecimento fenício-púnico pode ter pesado significativamente a favor da rota meridional. A referência ao Favónio, vento estival soprando do poente e que o poema considera garante de fácil navegação para os navios que ultrapassarem Zéfiris e entrarem no Mediterrâneo, parece apoiar esta hipótese, sugerindo que, antes do Estreito, a navegação era difícil. É certo que existem hoje propostas contrárias ao valor atribuído à prática do *mare clausum*⁴¹, reduzindo-lhe a duração, mas que exigem cuidadosa análise sectorial. Recordamos, a propósito, a borrasca que destruiu a frota do cordovês Ibn Mugit, em Agosto de 879, no litoral atlântico, e as dificuldades que a frota portuguesa defrontou no Estreito, também em pleno mês de Agosto, em 1415.

Analiseemos com mais pormenor o que diz o poema e que possa ser interpretado como suporte da localização que propomos para o Monte Zéfiro, o *Jebel Musa* (Monte Moisés), elevação que faz parte da cordilheira do Rife e cujo cume maior se eleva 842 metros acima do nível do mar, apenas a 1500 metros de distância do mesmo. Um grupo de versos um pouco antes da referência a Zéfiris parece enquadrar-se convenientemente na região rifenha, que manteve longamente características arcaicas e de muito difícil acesso⁴², dotada de uma área ocidental chuvosa e com áreas florestais que ainda subsistem em parte: *Aqui os habitantes criam cabras de longo pelo e numerosos bodes que percorrem sem cessar os bosques da região, produzindo densa lã*⁴³. Com efeito, a criação de caprinos (*capra hircus*) desde sempre constituiu um dos suportes da economia rifenha, de grande rusticidade, explicando-se facilmente a possibilidade de a *Ora Maritima* sublinhar esta característica própria do estilo de vida da população berbere regional⁴⁴.

³⁹ Purdy 1841: 6-14.

⁴⁰ Avieno *Or. Mar.* 115-119.

⁴¹ Beresford 2013.

⁴² Vismara 2014: 141-199.

⁴³ Avieno *Or. Mar.* 216-221.

⁴⁴ Espérandieu e Chaker 1994: 1913-1918.

A propósito de Zéfiris o poema refere como circunstância invulgar o cume encontrar-se permanentemente coberto de neblina, situação que parece estranha ao narrador e que, no território algarvio, não ocorre normalmente durante o período estival, correspondente ao da navegação subentendida na *Ora Maritima*. Mas este tipo de ocorrência verifica-se com grande constância durante o Verão sobre as elevações da costa meridional do Estreito de Gibraltar (Fig. 4), em particular no *Jebel Musa*, nas proximidades de Ceuta, correspondendo perfeitamente à descrição feita na *Ora Maritima*, que também se acomoda às características do relevo: *Por fim, o cume da elevação chamada Zéfiris, cujas altas cristas sobressaem no cimo da montanha*. O fenómeno deve-se à orografia da região e às múltiplas influências marítimas a que está sujeita⁴⁵, que também ocasionam densas e persistentes brumas nos dias de temperatura mais elevada, o relento, provocado por correntes marítimas de águas profundas e frias vindas do Mediterrâneo que afloram no Estreito. A particularidade atmosférica que a *Ora Maritima* descreve de forma clara concorda sem dificuldade com este tipo de ocorrência: *Os habitantes contemplam um céu continuamente enevoadado, o ar é opaco e o dia pouco transparente; como se fora de noite é frequente o orvalho*⁴⁶.

Outra nota de tipo corográfico que o poema transmite sublinha a importância da cobertura vegetal da região: *Toda a região que vem depois tem um solo rico em vegetação*⁴⁷. Este facto, hoje difícil de identificar nas cercanias de Ceuta, encontra copiosa confirmação noutras fontes da Antiguidade. Estrabão alude à presença de elefantes e de denso arvoredo junto ao troço mais curto do Estreito, o que parece apontar para o Monte Musa: *Partindo de Linx e navegando até ao Mar Interior, encontra-se Zelis e Tiga; logo os Monumentos dos Sete Irmãos*⁴⁸, e em cima o monte chamado Abila, povoado de feras e coberto de grandes árvores. Diz-se que o Estreito das Colunas tem uma longitude de 120 estádios, e outros 60 de largura na parte mais estreita, perto de Elephas⁴⁹. Esta descrição como vimos atrás, foi retomada por Plínio-o-Velho: [...] *ipsa provincia ab oriente montuosa fert elephantos, in Abila quoque monte et quos Septem Fratres a simili altitudine appellant*.

⁴⁵ Chamorro 2009: 38; AA.VV. 2009: 5.

⁴⁶ Avieno *Or. Mar.* 233-234.

⁴⁷ Avieno *Or. Mar.* 231-232.

⁴⁸ Ou seja: *Ta Hepta Adelphon Mnémata*.

⁴⁹ Estrabão 17.3.6.



Fig. 4 – Gibraltar e o Estreito, com os cumes do Monte Musa cobertos por nuvens densas (foto Guido Castillo)

Alguns investigadores identificam a Ilha da Lua referida no poema com o ilhote rochoso de Perejil, cerca de nove quilómetros a poente de Ceuta, ou mesmo com a península de Almina⁵⁰, que na Antiguidade poderia ter características insulares. Sem querermos desenvolver esta questão não podemos deixar de sublinhar que as referidas propostas implicam o reconhecimento de uma rota pela margem africana, ideia que aqui retomamos. O que o poema conta, numa interpolação contendo a confusa descrição do Estreito, reflecte uma prática comum do comércio marítimo antigo, que permite supor a existência de uma feitoria fenícia em Ceuta, comprovada arqueologicamente há poucos anos, na qual se procedia ao transbordo de mercadorias, considerando que a navegação grega dificilmente passaria ao Atlântico: *Conta (Euctémon) que em volta e junto das ilhas, em grande extensão, o mar é bastante baixo, pelo que os barcos carregados não podem ir a esses lugares, devido à pouca fundura das águas e ao espesso lodo da costa. No entanto, se a vontade impele alguém fortemente ir ao templo (de Hércules), apressa-se a levar o barco para a Ilha de Luna,*

⁵⁰ Schulten 1959: 123, 367-368; Pemán 1941: 83-85.

*retira a carga da nau e assim, com a embarcação leve, desliza sobre as águas*⁵¹. cremos que o texto é bastante explícito quanto ao que dissemos, constituindo um excelente exemplo de alusão às condições ditadas pela situação geopolítica do Estreito em período anterior ao domínio romano, perfeitamente anacrónica num texto elaborado no século IV. De tudo o que escrevemos parece-nos possível sustentar a hipótese de identificar Zéfiris com o *Jebel Musa*.

O segundo assunto que elegemos para este artigo não é menos complicado, apesar de, em parte, se afastar da ambiguidade das fontes literárias, ocupando-se de vestígios materiais epigráficos e arqueológicos relacionáveis com o problema do estatuto urbano de Ceuta no período romano, ainda não resolvido. O próprio topónimo reduzido *Septem*, com as variantes que conduziram à denominação árabe *Sebta*, apenas ocorre na Antiguidade Tardia, não se conhecendo nenhuma fonte que refira claramente o estatuto da cidade, a qual aparece já com algum destaque, como centro militar e naval, na documentação bizantina⁵². A análise deste problema não pode ignorar a evolução da urbanização romana na área do Golfo de Cádiz e no Estreito, do lado europeu e do lado africano, intimamente relacionados e em parte herdeiros de uma situação desenvolvida por acção fenícia e cartaginesa, criadora do chamado Círculo do Estreito⁵³, uma espécie de comunidade cultural e económica regional centrada em Cádiz.

As fontes literárias para o conhecimento da história da cidade durante o Alto Império, como vimos, são medíocres, ao contrário do que se verifica a propósito de outras cidades da zona do Estreito. Devemos, portanto, recorrer à arqueologia e à epigrafia para tentar esboçar a evolução administrativa de *Septem*, centro urbano que, pelo seu quase isolamento em relação a um *hinterland* de difíceis comunicações, assentou a sua vida económica e, por extensão, o seu quotidiano social, nas actividades ligadas ao mar. É isso mesmo que a arqueologia romana de Ceuta comprova, numa clara continuidade da situação pré-existente, talvez mais complexa do que aparenta. Assim, a grande concentração de achados facultados pela arqueologia subaquática na área da baía de Benzú, a ocidente de Ceuta, sugere a existência nessa zona de um fundeadouro aparentemente mais

⁵¹ Avieno *Or. Mar.* 351-370.

⁵² Vallejo 2002: 39-75.

⁵³ Cunliffe 2001: 265-275; Bernal 2014-2015: 7-50.

importante que os de Ceuta propriamente dita⁵⁴, onde escavações na *Plaza de África* puseram a descoberto vestígios de um estabelecimento fenício cujos materiais remontam ao século VII a.C., correspondente aos sítios ocidentais com idênticas características e funções⁵⁵.

Não são monumentais os vestígios da época romana, se exceptuarmos a basílica funerária, datável do século IV ou V, provavelmente sob a invocação de algum mártir, como em tantos outros casos⁵⁶. Junto à basílica encontram-se sepulturas tipo *mensa*, identificadas em Portugal nas ruínas de Tróia, sublinhando as semelhanças económicas e culturais entre o sítio lusitano e *Septem*. A localização das necrópoles identificadas sugere para a cidade uma superfície entre 12 e 20 hectares, muito razoável para um centro urbano ocidental desta natureza. Todavia, lembramos que a avaliação por excesso inclui as referidas necrópoles⁵⁷, sem esquecer as fábricas de preparados piscícolas dispersas pela área urbana, talvez reunidas num único complexo (Fig. 5), pelo que preferimos o cálculo mais modesto. A localização das necrópoles ocidentais, *Puertas del Sol* e *Llano de las Damas*, sugerem o percurso de saída de estradas, talvez para *Tingis* e campo de *Tamuda*, nos arredores de Tetuão. As alterações verificadas no final do século III devem ter conduzido à fortificação da cidade, defendendo alguns investigadores que subsistem ainda vestígios dessas obras, certamente reforçadas no período do domínio bizantino⁵⁸. A ausência de restos arquitectónicos significativos deve atribuir-se, ainda que apenas em parte, à constante reutilização de materiais durante séculos numa cidade poderosamente fortificada e que conheceu episódios de refundação e deslocação parcial nos séculos IX e X.

⁵⁴ Bravo 1988: 5-9; Fernández 2000; Ramón 2004: 95-106.

⁵⁵ Bernal 2009: 136-143; Aubet 2006: 35-47; Arruda 2014: 512-535.

⁵⁶ Bernal 2013: 26-29.

⁵⁷ Villada 2016: 9-32.

⁵⁸ Gozalbes 1998: 401-408; Hita e Villada 2004: 205-243.

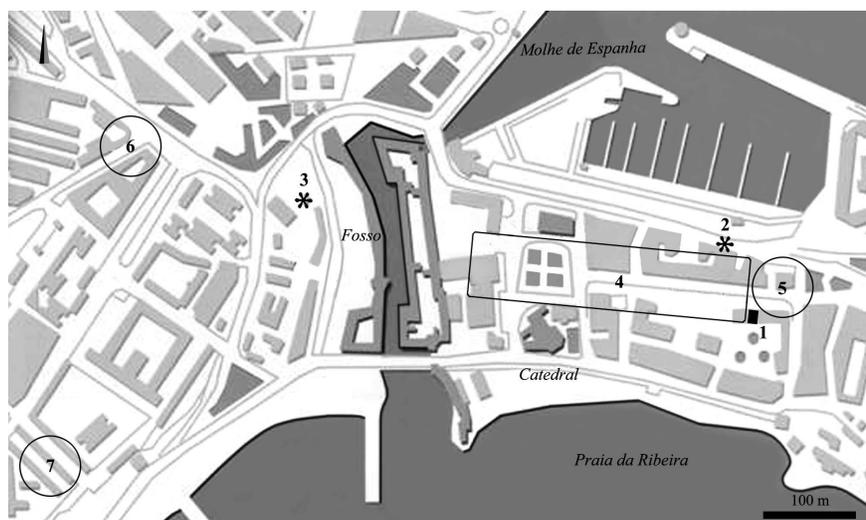


Fig. 5 – Esboço de planta do estabelecimento romano de *Septem*: 1. Basílica; 2. Escavação do *Paseo de las Palmeras*; 3. Vestígios indeterminados; 4. Fábrica de preparados piscícolas; 5. Necrópole da Basílica; 6. Necrópole de *Puertas del Sol*; 7. Necrópole de *Llano de las Damas*

De que forma se integrou Ceuta na rede urbana romana do Alto Império da região euro-africana ocidental? Atendendo a que as cidades privilegiadas com alguma forma de direito romano e mesmo as cidades peregrinas, ainda numerosas nesse período, constituíam centros administrativos de um território definido (*civitas*), não parece difícil situar *Septem*, esquecida na enumeração das pequenas cidades de Pompónio Mela, à margem desse grupo restrito, tanto mais que a sua ligação com o interior parece muito limitada⁵⁹, tornando-a pouco apta para o desenvolvimento desse tipo de funções, o que não era impeditivo do exercício de actividades económicas relevantes, assentes no uso do mar⁶⁰, como demonstram as diversas instalações de produção de preparados piscícolas, algumas de grandes dimensões, registadas e escavadas nos últimos anos.

O controlo do Estreito e do que viria a ser a Mauritânia Tingitana teve lugar gradualmente, terminando com a anexação do reino mauritano por Cláudio, entre 40 e 44. A este imperador se deve uma série de promoções urbanas em território africano e no sudoeste peninsular, directamente resultantes da nova situação, que teve também repercussões na Lusitânia, província que apoiou

⁵⁹ Lassère 1977: 60.

⁶⁰ Soriguier, Zabala e Hernando 2009:183-198.

a logística das operações militares na Mauritânia⁶¹. Cremos que a acção de Cláudio, injustamente esquecida, contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento da província lusitana, cuja economia se encontrava em pleno crescimento por meados do século I, devendo atribuir-se a este imperador a concessão do direito latino a cidades como *Ammaia* (São Salvador de Aramenha) e *Ossonoba* (Faro), entre outras. Menos difíceis de provar são as promoções no Estreito, onde sabemos que Cláudio elevou *Baelo Claudia* (Bolonha) a município, e em África⁶², onde foram distinguidas com o estatuto colonial *Tingis* (Tânger) e *Lixus* (Larache), e à categoria municipal *Volubilis* (Walili). Estas promoções reflectem quer os interesses estratégicos e económicos de Roma, quer a facilidade em estabelecer laços entre as regiões circundantes, como sublinha a referência em Avieno ao duunvirato honorífico de Juba II em *Gades*, baseada nalgum monumento ou em moedas gaditanas que o celebrem, como em *Carthago Nova* (Cartagena)⁶³. Neste processo de desenvolvimento urbano, iniciado ainda no período mauritano pelo estabelecimento em *Zilil*, *Banasa* e *Baba* de colónias augustanas⁶⁴, *Septem* manteve-se seguramente à margem, ignorada como urbe pelas fontes que se ocuparam das cidades que referimos.

A epigrafia romana de Ceuta é pobre, pouco ou nada esclarecendo sobre a evolução administrativa da cidade, uma vez que se limita a menos de uma dezena de epígrafes, ou melhor, de partes de inscrições, reutilizadas em vários locais⁶⁵, algumas ainda durante o domínio romano. Uma das epígrafes, consagrada a Ísis, divindade de normal registo num centro marítimo e comercial, como era *Septem*, constitui o único testemunho epigráfico de um culto pagão na cidade, denotando a presença de um templo consagrado à deusa, do qual nada se conhece em termos arqueológicos⁶⁶. Desta forma, contrastando com a abundância de outros materiais, a epigrafia falta, a ponto de nos escapar quase por completo a onomástica dos habitantes do período imperial, resultando impossível determinar o enquadramento administrativo dos cidadãos.

Um dos fragmentos de inscrição achados em Ceuta mereceu já alargada discussão, dividindo-se os investigadores entre considerá-lo, ou não, prova da existência de um estatuto municipal em *Septem* no decurso do século II. É este fragmento que vamos analisar de seguida, procurando uma solução diferente,

⁶¹ Romanelli 1959: 258-264; Chic 1995: 78-80.

⁶² Lassère 1977: 237-241.

⁶³ Rodríguez 1980: 54, 67.

⁶⁴ Lassère 1977: 229-233.

⁶⁵ Hernández 2005: 353-363

⁶⁶ Bernal, Hoyo e Pérez 1998: 1139-1162.

pois não cremos ver, tal como outros investigadores, qualquer referência de tipo administrativo nas quatro letras sobreviventes da inscrição⁶⁷. Seguiremos por outro caminho, que nos parece mais de acordo com as realidades locais do Alto Império, quando *Septem* seria uma aglomeração secundária, seguramente dotada de activa vida económica e de alargadas relações ultramarinas, particularmente abertas ao Sudoeste peninsular, mas desprovida de estatuto privilegiado, situação que se repetiria, apesar de ideias em contrário⁶⁸, em *Rusadir* (Melilha).

Em 1996, durante escavações arqueológicas de emergência no *Paseo de las Palmeras*, em Ceuta, descobriu-se um fragmento de inscrição romana (*AE* 2003 2036), de mármore, reutilizado num contexto da primeira metade do século VI, cujas dimensões são 9 x 9,7 x 3,2 cm e a altura dos caracteres é de 6,3 cm. Nada de espectacular, portanto, mas cujo texto, limitado à palavra ou parte de palavra *ORDO*, gravada em capital rústica com forte tendência actuária, de traçado elegante e *ductus* vertical (Fig. 6), tem merecido, naturalmente, alargada atenção⁶⁹. O tipo de letra utilizado na epígrafe, apesar invulgar na Lusitânia, ocorre com muita frequência em inscrições africanas e béticas dos séculos II e III, com particular incidência na época de Adriano⁷⁰, cronologia provável do monumento. A dimensão das letras, a sua cuidada gravação e o material de suporte sugerem uma epígrafe de qualidade, eventualmente uma inscrição votiva ou honorífica.



Fig.6 – Fragmento de inscrição monumental recuperado no Paseo de las Palmeras, Ceuta

⁶⁷ Gozalbes 2004-2005: 73-75.

⁶⁸ Hassab e Pons 2010: 181-184.

⁶⁹ Pérez, Hoyo e Bernal 1999: 841-843.

⁷⁰ Hübner 1885: 411; Batlle 1946: 115; Bouard, Demaison e Maurin 1997: 209-233.

O achado, no mesmo local, de uma placa votiva a Ísis (*AE* 1998 1599), poderia apoiar a hipótese da existência na zona de um lugar de culto isíaco, o que sendo possível não se pode confirmar, conclusão que devemos estender a qualquer relacionamento entre as duas epígrafes achadas nesta escavação do *Paseo de las Palmeras*. Para alguns investigadores a leitura ORDO não pode interpretar-se de outra forma que não seja uma referência directa à *Ordo Decurionum*, o corpo de magistrados e notáveis das cidades de estatuto romano, o que situaria imediatamente *Septem* entre estas, inclusive com a impossível categoria de *Municipium Civium Romanorum*, como por vezes se propõe⁷¹. Se é verdade que nem todas as cidades dotadas de um qualquer estatuto romano se identificaram, por falta de testemunhos literários ou epigráficos, também é certo que as características urbanas de *Septem*, aliadas à evidente falta de dados referentes à concessão do direito latino e do título municipal durante o Alto Império, contrariam francamente tal possibilidade.

Talvez aqui a comparação com o sítio português de Tróia, que já referimos, ajude a firmar a nossa opinião negativa, aliás compartilhada por outros investigadores⁷². Com efeito, os estabelecimentos de salga abundam e dominam a paisagem nos dois locais, onde a falta de monumentos de arquitectura assinalável parece evidente. Refere-se a possível existência de umas termas em Ceuta, mas Tróia também as possuía, situação que se repete em relação à presença de obras hidráulicas, necessárias ao funcionamento da indústria de salga e à manutenção da população, mais bem conhecida através da epigrafia no sítio da foz do Sado⁷³. A própria localização da basílica paleocristã de Ceuta recorda a implantação, junto a uma área fabril, do edifício religioso escavado em Tróia, que cremos poder ter sido uma sinagoga cristianizada⁷⁴. Tudo considerado, a classificação de *Septem* como aglomeração secundária parece impor-se naturalmente, com toda a probabilidade dependente de alguma cidade privilegiada da área do Estreito, sublinhando a constância de laços políticos entre as suas margens africana e europeia. A relativa ausência de fornos produtores de contentores em *Septem* e a referência de Estrabão à reexportação a partir da Bética de produtos mauritanos como sendo hispânicos⁷⁵, pode ajudar a explicar a referida dependência, que a criação tardia da *Mauretania Gaditana*, retomando uma

⁷¹ Pérez, Hoyo e Bernal 1999: 843-847.

⁷² Villada e Hita 1994: 1223-1224; Villaverde 2001: 206.

⁷³ Encarnação 1984: 275-292.

⁷⁴ Mantas 2013: 61-64.

⁷⁵ Estrabão 2.3.4; 3.1.8.

prática dos primeiros tempos do Principado, parece confirmar plenamente, embora já num quadro político e económico em plena mutação.

Abandonando a hipótese de ler ORDO como uma referência jurídico-administrativa, que alternativa interpretativa nos resta? Admitindo tratar-se de uma inscrição honorífica, o que se nos impõe é a identificação do cognome *Cordus*, neste caso em dativo, *Cordo*. O cognome *Cordus* é considerado por Kajanto, que o situa no grupo dos relacionados com o nascimento, como um antigo prenome, contando com variantes: *Cordulus*, *Cordinus*, *Cordilla*, *Cordianus*⁷⁶. O antropónimo, por vezes utilizado como nome único, conta com limitada e dispersa representação em África⁷⁷, sobretudo sob a variante *Cordius*, enquanto na Hispânia, embora não se situe entre os nomes mais vulgares, pois se limita a 17 testemunhos, incluindo as variantes e sob todas as formas de utilização⁷⁸, mostra uma repartição geográfica muito interessante, ilustrativa de uma situação que pode perfeitamente explicar o seu registo em Ceuta.

Os portadores de *Cordius-ia* ocorrem com maior frequência na Lusitânia⁷⁹, em especial em Mérida, onde se conhecem sete menções, em parte com cognomes gregos, sugerindo um ambiente de libertos. Os restantes representantes do grupo identificaram-se em Teba (Málaga), Estepa (Sevilha) e Ibiza (Balears). Em Montemayor (Córdova), temos uma *Cordilla* (*CIL* II 1542), antropónimo que significa *atum jovem*⁸⁰, circunstância que se reveste de algum interesse considerando a zona da península em que se regista. O antropónimo que mais nos interessa, todavia, é *Cordus*, do qual não se conhece equivalente feminino na Hispânia (Fig. 7). Menos vulgar, mostra uma distribuição predominante na Lusitânia, onde se registaram três dos cinco casos conhecidos⁸¹, todos pertencentes a indivíduos de elevado estatuto social. Fora desta província encontramos-lo em Jerez de la Frontera e talvez em Santa Cruz de Moncayo, perto de Tarazona. A escassez de testemunhos hispânicos e a sua nítida concentração lusitana e bética fortalece a sua possível presença em Ceuta, considerando a comunidade de interesses vigente na Mauritânia e no Sudoeste peninsular, com frequência comprovada pela epigrafia⁸².

⁷⁶ Kajanto 1965: 295, 387.

⁷⁷ Lassère 1977: 210, 344, 698, 704.

⁷⁸ Abascal 1994: 116, 334-335.

⁷⁹ Grupo Mérida 2003: 150, mapa 2.

⁸⁰ Plínio *N.H.* 9.47.

⁸¹ Grupo Mérida 2003: 150, mapa 2.

⁸² Gozalbes 2006: 1337-1350.



Fig. 7 – Repartição dos antropónimos *Cordus* e *Cordius* na Hispânia

Acresce que se trata de personalidades com estatuto e poderio económico, a que não seriam estranhos negócios na área do Estreito. Em Jerez de la Frontera, perto de Cádiz⁸³, temos uma epígrafe referindo um quatuórviro, *L. Fabius L. f. Cordus*, provavelmente de *Asido Caesarina* (Medina Sidónia), ofertante de um combate com vinte pares de gladiadores (*CIL* II 1305), condição que os testemunhos lusitanos não desmerecem, pois entre eles se encontra um senador natural de Évora (*Liberalitas Iulia Eborae*), conhecido através de uma inscrição de Herdade da Igreja, no Escoural (*IRCP* 414): *Q(uinto) IVLIO / D(ecimi) F(ilio) GAL(eria) / CORDO / IVNIO MA[V]/RICO III[VIRO] [...]*. Este notável está relacionado com os restantes *Iulii* eborenses de estatuto senatorial e terá sido adoptado, segundo Robert Étienne, pelo senador *Iunio Maurico* na transição do século I para o século II, ainda que existam algumas dúvidas

⁸³ Padilla 1989: 185-189; Castillo 1991: 155-158.

quanto à sua identidade⁸⁴. É de sublinhar que *Mauricus* é cognome frequente em África e usado por vários senadores⁸⁵.

Os dois restantes testemunhos lusitanos situam-se igualmente no círculo dos notáveis provinciais. Da imponente e invulgar *villa* de Pisões (Beja), conhecemos um voto a *Salus* em intenção de Gaio Atílio Cordo, por iniciativa de um escravo, Catulo (*IRCP* 290). Esta epígrafe, invocando um ambiente áulico, aludirá ao proprietário da *villa* pela segunda metade do século I, talvez a relacionar com o *Cordus* eborense. O nome do escravo, *Catulus*, sugere novamente uma ligação africana, pois é ali um antropónimo vulgar⁸⁶. A terceira inscrição lusitana, proveniente de *Ammaia* (São Salvador de Aramenha), infelizmente perdida e de leitura complicada (*IRCP* 625), sugere também um círculo social elevado, considerando o gentílico Carmínio presente na epígrafe: CAR[M]INIO / [...] CORDO / C[ARM]INIVS / C[...]NV[S] / P[OM]PONI]A *vel* C[ARMINI]A / MAX[IM]A / FILIA[...]. Trata-se de uma família de cidadãos, talvez cliente de Lúcio Calvêncio Velho Carmínio, legado de Cláudio referido na célebre inscrição do voto anual da *Civitas Ammaiensis* (*IRCP* 615), pai de L. Carmínio Lusitânico, cônsul em 81. Continuamos, pois, no meio socioeconómico com capacidade de projecção interprovincial capaz de garantir uma presença africana.

Outro fragmento de inscrição achado em Ceuta permite ler o antropónimo *Ulpus Acutius* ou *Acutianus*, talvez presente na sigla VA em marcas de tijolos encontrados em escavação nas *Puertas del Campo*⁸⁷, comprovando contactos entre *Septem* e o Sudoeste hispânico⁸⁸, nomeadamente com a Lusitânia (Fig. 8). Com efeito, como gentílico e cognome, ocorre maioritariamente nessa área peninsular⁸⁹: Villacarrillo (Jaén), Córdoba, Sevilha, Alcalá del Rio, Cádiz, com uma excepção nortenha, *Clunia Sulpicia* (Coruña del Conde), cidade garantidamente relacionada com *Ammaia*⁹⁰. Na Lusitânia temos um *Q. Acutius Faienanus* em Mérida, e um *L. Cassius Acutius* em Odrinhas (Sintra), o qual ostenta

⁸⁴ Étienne 1982: 521-529; Cerio 2012: 333-335.

⁸⁵ Kajanto 1965: 260.

⁸⁶ Kajanto 1965: 24, 85, 326.

⁸⁷ Bernal 1994: 63-64.

⁸⁸ Dos 30 testemunhos peninsulares do antropónimo *Ulpus-a*, 13 correspondem à Bética e 5 à Lusitânia.

⁸⁹ Abascal 1994: 64, 257-258.

⁹⁰ Mantas 2000: 412, 415-416.

o gentílico de uma das mais notáveis famílias de *Olisipo*⁹¹. Recordamos que as características *cupae* na área do município olisiponense reflectem influências que, pelo menos em parte, se podem atribuir a África⁹², onde não faltam antropónimos com representação na Mauritânia Tingitana⁹³, como em Odrinhas acontece com *L. Aelius Seneca*, esposo de uma *Cassia Quintilla* (*CIL* II 267).



Fig. 8 – Repartição do antropónimo *Acutius* na Hispânia

Assim, sem forçar os testemunhos, infelizmente ainda muito reduzidos, cremos perfeitamente demonstrada a possibilidade de o fragmento de inscrição do *Paseo de las Palmeras* poder ser interpretado como [C]ORDO, vestígio de uma homenagem a um notável envolvido na vida económica local no Alto Império, à imagem do conhecido *L. Cornelius Bocchus* consagrado, entre outras, numa inscrição de Tróia

⁹¹ *CIL* II 5013; Loyzance 1986: 273-284.

⁹² Campos 2012: 449-474.

⁹³ Gascou 1978: 115-121.

(IRCP 207). Pelo que dissemos, parece-nos possível que se trate de um *Cordus* lusitano ou, pelo menos, com fortes laços com a Lusitânia, como sugere a epigrafia. A significativa presença de ânforas lusitanas na área do Estreito, inclusive em Ceuta, contribui, de alguma forma, para confortar a nossa hipótese⁹⁴. Esperemos que a continuação das escavações arqueológicas em Ceuta, ou algum achado fortuito, como tantas vezes acontece, contribua para solucionar o que, por enquanto, consideramos uma convincente possibilidade. Nada disto implica minimizar a importância de *Septem* como centro económico no Alto Império, tanto mais que a fortuna de numerosas cidades resultava com frequência de actividades produtivas exercidas noutra local, e aqui podemos uma vez mais invocar a exemplar relação entre *Salacia* (Alcácer do Sal) e Tróia⁹⁵. Sem que o valor económico desapareça, a função estratégica de *Septem* afirma-se gradualmente a partir do século III, assumindo ao longo da história inequívocas funções de bastião avançado da Península face às turbulências da terra magrebina⁹⁶.

Neste artigo procurámos apreciar fontes que, embora muito comentadas, sobretudo no caso da *Ora Maritima*, permitem ainda, pela sua evidente ambiguidade, novas tentativas de interpretação, suficientemente arrimadas em dados seguros, sem que, como é normal nas ciências históricas e arqueológicas, possamos eliminar por completo dúvidas e transigências ditadas pelo que parece mas não é, ou não convém. Que estas páginas sirvam de estímulo a novas investigações em torno do passado de Ceuta, cidade a que a história, um dia, nos ligou para hoje não ser mais que uma memória, perdida entre brumas de aventuras que não se limitaram a tão pouco, porque, pagas com vidas, como um dia foi lembrado a um rei português, obrigam a repensar a sua motivação e significado, sobretudo nos dias presentes. Ao investigador caberá sempre a intrincada tarefa de escrever o que não foi dito ou já foi dito de outra forma, usando as fontes e a imaginação, evitando quanto possível dogmatismos daqui ou dali, tão presentes hoje como ontem: *o saber só é saber se posto em causa*⁹⁷.

⁹⁴ Bernal 2016: 299-310.

⁹⁵ Mantas 2010:195-221.

⁹⁶ Latham 1974: 445-464; Hess 2010.

⁹⁷ Correia 2016: 179. Agradecemos à Editora Nerea e ao Dr. Villada Paredes a cedência das figuras 2 e 6 e ao Dr. Luís Madeira a preparação das ilustrações deste artigo.

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV. (2009), *Plan de ordenación de recursos naturales y gestión del LIC ZEPA Calamocarro-Benzú (Ceuta)*. Ceuta.
- Abascal, J. M. (1994), *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*. Murcia.
- Alvar Ezquerro, J. (1996), “Religiosidad y religiones en Hispania”, in J. M. Blázquez e J. Alvar (coords.), *La Romanización en Occidente*. Madrid: 239-278.
- Arruda, A. M. (2014), “A Ocidente tudo de novo. Novos dados e outros modelos interpretativos para a orientalização do território português”, in *Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*. Lisboa: 512-535.
- Aubet, M. E. (2006) “El sistema colonial fenicio y sus pautas de organización”, *Mainake* 28: 35-47.
- Baeza Herrazti, A. (1988), “La fundación de Ceuta y la fábula de Noé”, *Cuadernos del Archivo Municipal* 1: 11-16.
- Batlle Huguet, P. (1946), *Epigrafía latina*. Barcelona.
- Bérard, V. (1929), *Calypso et la mer de l'Atlantide. Les navigations d'Ulysse*, 3. Paris.
- Beresford, J. (2013), *The Ancient Sailing Season*. Leida-Boston.
- Bernal Casasola, D. (1994), “Marcas sobre materiales de construcción de época romana en Ceuta y la problemática de la necrópolis de la Puerta del Campo”, *Transfretana* 6: 61-80.
- Bernal Casasola, D. (2009), “Ceuta en la Antigüedad Clásica”, in F. Villada (coord.), *Historia de Ceuta. De los orígenes al año 2000*, 1. Ceuta: 129-199.
- Bernal Casasola D. (2013), “Septem Fratres, ciudad portuária y comercial entre Juba II y Justiniano”, in D. Bernal, M. Bustamante e A. M. Sáez (coords.), *Arqueología en las Columnas de Hércules*. Ceuta: 9-50.
- Bernal Casasola, D. (2014-2015), “Le cercle du Détroit. Une région géo-historique de longue durée”, *Karthago* 29: 7-50.
- Bernal Casasola, D. (2016), “Lusitanian amphorae in the Strait of Gibraltar: Interprovincial Food Supply”, in Vaz Pinto, Roberto de Almeida e Archer Martin (cords.), *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Lisboa: 299-310.
- Bernal Casasola, D., Hoyo Calleja, J. e Pérez Rivera, J. (1998), “Isis en Mauretania: un nuevo testimonio epigráfico del su culto procedente de Septem Fratres (Ceuta)”, in *Africa Romana* 4. Sassari: 1139-1162.
- Berthelot, A. (1934, 2ª edição), *Festus Avienus: Ora Maritima*. Paris.
- Blot, M. L. (2003), *Os portos na origem dos centros urbanos*. Lisboa.

- Bouat, V., Demaison, N. e Maurin, L. (1997) “CIL VIII, 26580 et l’écriture « africaine »”, in M. Khanoussi e L. Maurin (eds.), *Dougga (Thugga): Études épigraphiques*. Paris: 209-233
- Bravo Pérez (1988), “Fondearon los fenicios sus naves en las costas de Ceuta?”, *Cuadernos del Archivo Municipal* 1: 5-9.
- Campos, R. (2012), “As cupae do ager olisiponensis”, in J. Andreu (coord.) *Las Cupae Hispanas*. Tudela: 449-474.
- Castilla Soto, J. (1991), “Algunas consideraciones sobre la lealtad de Ceuta a la Corona Hispánica en 1640”, *Tiempo y Forma* 4, serie 4: 125-136.
- Castillo, C. (1991), “Jerez. Municipium Ceretanum?”, *Excerpta Philologica* 1 (1): 155-158.
- Carrière, J. C. (1995), “Heraclès de la Méditerranée à l’Océan”, in M. Clavel-Lévêque e R. P. Mallart (eds.), *Cité et Territoire*. Paris: 67-88.
- Cerio Erasun, M. (2012), “Los senadores originarios de Lusitania”, *Espacio, Tiempo y Forma* 25, serie 2, *Historia Antigua*: 327-2354.
- Chamorro Moreno, S. (2009), “El medio natural de Ceuta y su entorno”, in F. Villada, *Historia de Ceuta. De los orígenes al año 2000*, 1. Ceuta: 22-67.
- Chic García, G. (1995), “Roma y el mar: del Mediterráneo al Atlántico”, in V. Alonso (coord.), *Guerra, exploraciones y navegación: del mundo antiguo a la edad moderna*. Corunha: 55-90.
- Closa Farrés, J. (1988), “Leyendas y tradiciones históricas en las fuentes clásicas de Ceuta”, *Cuadernos del Archivo Municipal* 1: 39-46
- Correia, H. (2016), “A vénia ao mar”, *Biblos* 2, 3ª série: 171-182.
- Cunliffe, B. (2001), *Facing the Ocean. The Atlantic and its Peoples*. Oxford.
- Espérandieu, G. e Chaker, S. (1994), “Chèvre”, *Encyclopédie Berbère*, 13. Aix-en-Provence: 1913-1918.
- Encarnação, J. d’ (1984), *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra.
- Étienne, R. (1982-1984), “Sénateurs originaires de la province de la Lusitanie”, *Tituli* 5: 521-529.
- Fernández Sotelo, E. (2000), *Basílica y necrópolis paleocristianas de Ceuta*. Ceuta.
- Ferreira, J. R. (1992, 2ª ed.), *Avieno. Orla Marítima*. Coimbra.
- Gautier, E.-F. (1952), *Le passé de l’Afrique du Nord. Les siècles obscurs*. Paris.
- Gascou, J. (1978), “La sucesion des bonna vacantia et les tribus romaines de Volubilis”, *Antiquités Africaines* 12: 115-121.
- González Ponce, F. (1992), “El principio unidireccional en el ‘Periplo’ de Avieno e sus repercusiones en la crítica textual”, *Anuario de Estudios Filológicos* 92: 125-133.

- Gozalbes Cravioto, C. (1998), “Las fortificaciones de la Ceuta medieval. Una aproximación a su estructura”, in *Congreso Internacional Fortificaciones en Al-Andalus*. Algeciras: 401-408.
- Gozalbes Cravioto, E. (2004-2005), “Sobre la epigrafía latina del Norte de la Mauretania Tingitana. Ceuta”, *Antiquités Africaines* 40 (4): 67-84.
- Gozalbes Cravioto, E. (2006), “Documentos epigráficos acerca de las relaciones entre Hispania y Mauretania Tingitana”, *L’Africa Romana* 16. Rabat: 1337-1350.
- Hassab, S. e Pons Pujol, L. (2010), “Estatuto jurídico y urbanismo en la Tingitana (siglos I-VII d.C.). Russadir”, *Saldvie* 10: 177-188.
- Hernández Guerra, L. (2005), “Epigrafías recuperadas en la muralla romana de Ceuta”, *Florentia Iliberritana* 16: 353-363.
- Hess, A. (2010), *The Forgotten Frontier: A History of the Sixteenth-Century Ibero-African Frontier*. Chicago.
- Hita Ruiz, J. M. e Villada Paredes, F. (2004), “En torno a las murallas de Ceuta”, *Jornadas de Estudio sobre fortificaciones y memoria arqueológica del hallazgo de la muralla y Puerta Califal de Ceuta*. Ceuta: 205-243.
- Hübner, E. (1885), *Exempla Scriptae Epigraphicae Latinae*. Berlín.
- Kajanto, I. (1965), *The Latin Cognomina*. Helsinki.
- Lassère, J.-M. (1977), *Ubique Populus. Peuplement et mouvements des populations dans l’Afrique romaine*. Paris.
- Latham, J. D. (1974), “On the strategic position and defence of Ceuta in the later Muslim period”, in J. Barral (ed.), *Orientalia Hispanica*, 1. Leida: 445-464.
- Lipiński, E. (2004), *Itineraria Phoenicia*. Lovaina.
- López Pardo, F. (2015), “Marinos y colonos fenicios codificando la costa atlántica africana”, *Gérion* 33: 193-224.
- Loyzance, M.-F. (1986), “À propos de Marcus Cassius Sempronianus Olisiponensis, Diffusor Olearius”, *Revue des Études Anciennes* 88 (1-4): 273-285.
- Maia, M. G. (2003) “Fenicios em Tavira”, in M. G. Maia *et alii* (coords.), *Tavira. Território e Poder*. Lisboa: 62-70
- Mangas, J. e Plácido, D. (1994), *Avieno. Ora Maritima. Descriptio Orbis Terrae*. Madrid.
- Mantas, V. G. (2000), “A sociedade luso-romana do município de Ammaia”, in J.-G. Gorges e T. Nogales (coords.), *Sociedad y Cultura en Lusitania Romana*. Mérida: 391-420.
- Mantas, V. G. (2010), “Atlântico e Mediterrâneo nos portos romanos do Sado”, *Revista Portuguesa de História* 41: 195-221.
- Mantas, V. G. (2013), “As sinagogas no mundo romano”, in C. G. Silva (coord.), *Judarias, Judeus e Judaísmo*. Torres Vedras: 33-64.

- Mantas, V. G. (2015), “O valor estratégico e simbólico do Estreito de Gibraltar”, in C. G. Silva (coord.), *A Conquista de Ceuta. Conselho Régio de Torres Vedras*. Torres Vedras: 11-35.
- Monteiro, J. G. e Costa, A. M. (2015), *1415. A conquista de Ceuta*. Lisboa.
- Murphy, J. P. (1977), *Rufus Festus Avienus: Ora Maritima*. Chicago.
- Grupo Mérida (2003), *Atlas antroponímico de la Lusitania romana*. Mérida.
- Padilla Monge, A. (1989), “El epígrafe CIL II 1305”, *Habis* 20: 185-192.
- Pemán, C. (1941), *El pasaje tartésico de Avieno a la luz de las últimas investigaciones*. Madrid.
- Pereda, F. e Marías, F. (eds.) (2002), *El Atlas del Rey Planeta. La ‘Descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos’ de Pedro Texeira (1634)*. Hondarribia.
- Pérez Rivera, J., Hoyo Calleja, J. e Bernal Casasola, D. (1999), “Epígrafe inédita hallado en Ceuta. Acerca del estatuto jurídico-administrativo de Septem Fratres”, *Latomus* 58 (4): 839-849.
- Purdy, J. (1841), *Sailing Directions for the Strait of Gibraltar and the Mediterranean Sea*. Londres.
- Pérez Rivera, J. M. e Bernal Casasola, D. (1997), “Las factorías de salazones de Septem Fratres”, in M. Durán, J. Gómez e B. Rodríguez (coords.), *Homenaje al profesor Carlos Posac Mon*, 1. Ceuta: 249-263.
- Ramón Torres, J. (2004), *Las ánforas fenicio-púnicas de Ceuta*, in D. Bernal (ed.), *Juan Bravo Pérez y la Arqueología Subacuática en Ceuta. Un Homenaje a la Perseverancia*. Ceuta: 95-106.
- Rodríguez Neila, J. F. (1980), *El municipio romano de Gades*. Cádiz.
- Roldán Hervás, J. M. (1975), *Itineraria Hispana. Fuentes antiguas para el estudio de las vías romanas en la Península Ibérica*. Madrid.
- Romanelli, P. (1959), *Storia delle province romane dell’Africa*. Roma.
- Schulten, A. (1959), *Geografía y etnografía antiguas de la Península Ibérica*, 1. Madrid.
- Soriguer Escofet, M. C., Zabala Giménez, C. e Hernando Casal, J. A. (2009), “Por qué tantos peces en el Estrecho de Gibraltar? Biología, artes de pesca y metodología de estudio de los restos arqueozoológicos”, in D. Bernal (ed.), *Arqueología de la pesca en el Estrecho de Gibraltar*. Cádiz: 183-198.
- Vallejo Girvés M. (2002), “El umbral del Imperio? Dispar fortuna de Hispania y las Columnas de Hércules en la literatura de época justiniana”, *Erytheia. Revista de Estudios Bizantinos y Neogriegos* 23: 39-75.
- Villada Paredes, F. (coord.) (2009), *Historia de Ceuta. De los orígenes al año 2000*, 1-2. Ceuta.

- Villada Paredes, F. (2016), “Sit Tibi Terra Levis. Necrópolis romanas en Ceuta”, in J. Gómez Barceló *et alii* (eds.), *Cementerios, necrópolis y otros lugares de enterramiento de Ceuta*. Ceuta: 9-32.
- Villada Paredes, F., Ramón, J. e Suárez Padilla, J. (2007), “Nuevos datos en torno a los inicios del povoamento de la ciudad de Ceuta: avance preliminar de la excavación de la Plaza de la Catedral”, *Akros* 6: 125-134.
- Villada Paredes, F. e Hita Ruíz, J. (1994), “El asentamiento romano de Ceuta”, *L’Africa Romana* 10. Sassari: 1207-1240.
- Villaverde Vega, N. (2001), *Tingitania en la Antigüedad Tardía (siglos III-VII)*. Madrid.
- Vicente, E. P. (1967), “A foz do Sado e os territórios dos Cinetas e dos Cempsos no poema Ora Maritima de Avieno”, *Boletim do Centro de Estudos do Museu Arqueológico de Sesimbra* 5: 65-75.
- Vismara, C. (2014), “Le Rif orientale côtier dans les pages de voyageurs, explorateurs, historiens, archéologues, géographes: de Jean-Léon l’Africain à nos jours”, *Antiquités Africaines* 50: 141-199.